

EDUCAÇÃO CIDADÃ E TRABALHO PRODUTIVO – CONEXÕES CONTEMPORÂNEAS

CITIZEN EDUCATION AND PRODUCTIVE WORK – CONTEMPORARY CONNECTIONS

*Robson Coelho Tinoco**
*Marília de Alexandria***

RESUMO: Novas linguagens de informação aliadas a recentes metodologias para estudar, a novas exigências técnicas para trabalhar, para fazer cursos vários emergem em rotinas datadas pela competição ético-técnica na resolução de problemas contemporâneos cada vez mais complexos. À universidade – núcleo educacional de pesquisas e formador de profissionais melhor preparados frente às novas circunstâncias históricas – cabe a função de balizar a atual relação educação-trabalho de maneira mais articulada e produtiva. Nesse atual contexto sócio-histórico marcado, em tempo real, pela informação produzida sem cessar e transformada em conhecimento aplicado, é necessário redefinir, crítica e metodologicamente, os papéis sociais de um indivíduo-cidadão atuante em seu meio profissional, atento às novas funções desse conhecimento adquirido e integrado às expressões culturais de sua própria realidade.

Palavras-chave: sociedade – educação – universidade – conhecimento – trabalho

ABSTRACT: New information languages combined with recent methodologies to study the new technical requirements to work, to take courses in several emerging routines dated by ethical and technical competition in solving contemporary problems increasingly complex. To university – educational research center and forming better prepared professionals face the new historical circumstances – it is the function of marking the current relationship between education-work more articulated and productive. In this marked current context socio-historical, in real-time, by information produced incessantly and turned into applied knowledge, you must reset, critically and methodologically, the social roles of an active person-citizen in his professional environment, attentive to new functions that acquired and integrated knowledge to the cultural expressions of their own reality.

Keywords: society – education – university – knowledge – work

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA NA IDADE DA PEDRA COMPUTADORIZADA

Com valorosas exceções, a universidade brasileira – ou os cursos superiores¹ – ainda convive com o desenvolvimento de um tempo erigido pela noção de um, diga-se, protocapitalismo (o sentido de capitalismo, enquanto conceito, advém do século XXVII), gestado na Idade Média, que acabou com o escravo e o servo da gleba. Também com um capitalismo, de ascendência norte-americana, criador da sociedade democrática de classe

*. Professor Associado III / Instituto de Letras, Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Literatura Brasileira / UnB, Pós-doutor em Educação / USP. E-mail: robson@unb.br.

** . Professora da Escola de Música de Brasília. Mestre em Educação musical / Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: mariliadealexandria@hotmail.com.

¹ Segundo o Censo da Educação Superior de 2013, o mais recente, há 301 instituições públicas e 2.090 privadas no Brasil.

média e consumista, consumindo informação – transformada também pelo filtro crítico-intelectual universitário –, como se fosse um produto social típico: sempre atual tanto quanto descartável. Nesse processo, como separar essa universidade de uma evolução histórica – ou *involução* – tão multifacetada, exageradamente tecnicista em seus objetivos e racialmente bem determinada?

Nossa universidade possui indissolúveis raízes de estrutura metodológica na universidade européia, tendo como fonte de informação a portuguesa. Como marca, aliás, dessa presença institucional categórica, talvez o exemplo de que o próprio Anchieta tenha escrito um panegírico a Mem de Sá – o “exterminador de índios” – revele o quanto aquelas raízes se aprofundaram no *modus vivendi* da intelectualidade brasileira.

Assim, no geral seguem os alunos (a “educação brasileira é do século XIX, os professores, do século XX e os alunos, do século XIX”), nesse aprendizado de nível superior, escrevendo ainda muito mal, lendo poucos textos efetivamente importantes para a ampliação de informações recebidas do seu curso e, claro, do mundo que o rodeia – seu futuro mundo profissional. Assim esse *empreendimento universitário*, em vez de gerar conhecimento compartilhado, gera informações *aleatoriamente específicas* para que grupos determinados – apenas variando suas linhas de atuação –, estendam seus hábitos de discriminação e alheamento da realidade sócio-histórica de um país ainda emergente, compondo uma nação mal dividida nas oportunidades de trabalho, sucesso, enfim, na homogeneização de uma justiça social². Todavia,

[...] ainda que de maneira inconveniente, vale uma palavra, entretanto, para delimitar a ordem epistemológica na qual se move essa homogeneização. À imagem do mistério da Trindade, um só Deus em três pessoas, há também aqui uma tríade fundadora: o Indivíduo, a História, a Razão. (MAFESOLLI, 2000, p. 47)

Historicamente, grupos informados, educados e preparados para ações, também nas universidades ou o que dela se assemelhe em cada período, de “controle socioeconômico”, assim traçaram suas conquistas, desde 1500: genocídio de índios aprimorado com escravidão africana. Historicamente nossos intelectuais, queiram ou não, são fruto dessa desestrutura social e não perceber, e assumir, esse fato é referendar o projeto de conquista que “nossos primeiros descobridores”: extrair, tirar das terras conquistadas e enriquecer no país de origem.

² Atualmente há, no Brasil, por volta de 120 milhões de pessoas na classe média e 30 milhões nas classes A e B. No país, há quase uma década, ocorre o oposto que nos EUA, pois os salários crescem acima da produtividade e nesse período a desigualdade caiu significativamente. (PIKETTY, 2014)

Aqui o arenoso alicerce de parte de nossa arquitetura intelectual: nossas elites universitárias herdaram essa marca indelével do “descobrimento” e por se locupletarem com o imaginário da fantasia discursiva, tendem a preferir títulos complicados de teses que só irão compor as prateleiras das bibliotecas (ou arquivos de pastas x, y, z) a ofícios efetivos de contribuição para a “arrumação real” da sociedade brasileira.

Enquanto polo promotor de educação e de futuras atividades profissionais, a universidade – por força de adaptação a essa ciber-realidade advinda de um ideário neoliberal-socialista mais propriamente aleatório que pragmático – precisa se assumir como entidade eficaz de produção de informação que se *transforma* em conhecimento para muitos, para todos. Precisa perceber efetivamente que, na prática diária de milhões de pessoas (nos E.U.A., 100 milhões; no Brasil, 35 milhões; no mundo todo, fala-se em algo em torno de 420 milhões) que usam a internet, funda-se a semente de uma nova forma de política, economia, sistemas de aprendizagem e níveis de trabalho. Nesses sistemas a troca – em um primeiro momento, basicamente, de informação geral – não será mais mediada por regras do mercado ou presencialismos dispensáveis de professores e alunos em um mesmo local, em um mesmo momento.

Nesse contexto, o papel funcional universitário transcende sua própria natureza e meio que se torna imortal – imortalizado por atividades doutorais de pesquisadores que se engajam em tratar do etéreo, do minimalista, do transcendental. Enquanto isso, regiões inteiras ainda “produzem” fome, mortalidade infantil, desmatamentos, venda de votos, leituras de livros pré-programados para iludir e só tomar tempo...

Por não assumir seu papel histórico – e com professores imaginando que cópias mal feitas no xérox mais próximo e os velhos giz e quadro-negro –, a universidade abre espaço para a mercantilização das informações e das vendas de bens humanos – 83% das páginas da web (por volta de 160.000/dia), conforme avalia pesquisa recente norte-americana, estão ligadas a finalidades comerciais, com sua grande maioria, ligada ao “comércio sexual”. Não é possível, portanto, compreender o ser humano apenas através dos elementos intrínsecos que o constituem. Ao se observar uma dada sociedade, verifica-se que nela há interações entre os indivíduos, mas essas interações formam um conjunto e a sociedade, como tal, é possuidora de uma língua e de uma cultura que *transmite* a esses indivíduos. É necessário um modo de conhecimento que permita compreender como as organizações, os sistemas produzem as qualidades fundamentais do nosso mundo. (MORIN, 2000)

A sociedade da informação (decorrente da chamada 3ª. revolução industrial) vem há quase 40 anos mostrando suas intenções e direções; vem prevendo que as novas tecnologias

iriam gerar uma civilização utópica e que os ideólogos do neoliberalismo, sobretudo norte-americano, aproveitariam tal oportunidade para reivindicar o futuro em seu nome. Esse novo mundo, marcado pelas descobertas dos internautas, seria caracterizado pela presença de uma nova economia globalizada, essencialmente anti-hierárquica e descentralista, destruindo as fronteiras nacionais, o controle das decisões administrado por políticos e burocratas e, enfim, pela (des)consciência global em rede.

Nesse conluio de níveis de sistemas voláteis articulando educação-informação-trabalho a universidade – o pensar/fazer universitário – está emaranhada nesses tecidos sistematizados, permitindo-os, gerando-os, administrando-os, submetendo-se a eles. Daqui a 5, 7 anos será absurdo ter um aparelho de tv (em praticamente todas as casas) pelo qual não se poderá transmitir nada, apenas receber. Desde os anos 70, nos Estados Unidos, como versão neoliberal mal-acabada do pensamento de Marshall MacLuhan – considerado por muitos analistas o “gerador” dos conceitos de Comunicação –, desenvolve-se um tipo de liberalismo *ciberhightech*. Este entoa o dogma (pós)moderno de que o mercado – e profissões afins – é o ponto de partida, e chegada, do que se concebe, a cada dia, como tecnologia (educacional, ambiental, política, previdencial etc.).

Os americanos, e boa parte da universidade americana³, em vez de destruir essa proeminência da questão das “exigências de mercado”, buscam articular o fortalecimento de um processo lento de superação do capitalismo. Nesse contexto dialético, assumem-se como neoliberais adeptos da alta tecnologia aprimorando o comércio eletrônico do trabalho visto como produto comercializável.

Mas como assumir essa proposta como séria se, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 65 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza e dados oficiais indicam que 28,7% dos brasileiros vivem com menos de um dólar por dia, e mais de 3,2 milhões de trabalhadores são obrigados a ter mais de uma atividade remunerada? São quase 3 milhões de pessoas (alunos de cursos superiores) que buscam emprego, a cada ano, depois de formados, e já são quase 6,8 milhões, os desempregados. Há 30 anos, oito em cada dez crianças de 7 a 14 anos estavam na escola; hoje, essa relação é de quase 100% e os anos médios de estudo do brasileiro com mais de 25 anos passaram de 4,3 anos em 1985 a 7,7 em 2013.

Ainda nesse quadro sócio-educacional brasileiro, cerca de 3 milhões de crianças, menores de 14 anos, trabalham. Relatório do Unicef, de 2012, avalia que um bebê nascido no

³ Em recente lista das 100 mais importantes universidades do mundo – *Top 100* –, a única presente é a USP; das 10 primeiras, 8 são norte-americanas e 2 inglesas.

Brasil tem 21 % de probabilidades de ter pais analfabetos e só 7% de viver numa família com renda mensal superior a 20 salários mínimos (o salário médio no Brasil, segundo o IBGE, é de R\$ 1.735,00). Esse mesmo relatório mostra que de cada US\$ 100 de riqueza produzida no país, US\$ 24 são para pagar dívidas com credores internacionais. Frente a essa(s) realidade(s), o efetivo papel da universidade brasileira – como agente transformador de uma realidade social desequilibrada – é o de proporcionar educação de qualidade e ampla, por exemplo, com urgente abertura de novos cursos noturnos. É o de entender, com senso de *objetividade ativa* aplicada à realidade circundante, que não é mais possível pactuar com tal situação de descaso com a educação, com a cidadania, com os futuros, e atuais, trabalhadores brasileiros. Até os anos 70, prevalecia a idéia de que educação era consequência – e não causa – do desenvolvimento. A partir de 1980, com a mudança de tal percepção, o avanço da escolaridade contribuiu, inclusive para o aumento da remuneração dos mais pobres - e não só deles.

UMA NOVA SOCIEDADE CIBERCRÁTICA E SUA EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA

Muito se tem discutido sobre questões que dizem respeito à (pós)modernidade e suas novas marcas históricas referentes às novas exigências da educação sob aspectos profissionais. Apesar das variadas reuniões, mais políticas que técnicas, e vistosas cerimônias ministeriais e mesmo presidenciais, tais discussões giram em torno, basicamente, dos efeitos saudáveis e nocivos da globalização como presença inexorável nas relações entre os países e os variados grupos sociais de suas populações, avaliando como ela acaba tornando “iguais” pessoas e regiões distintas.

Baseiam-se, por exemplo, em pesquisas recentes da ONU e de universidades norte-americanas dando conta de que, por volta de 2016, a população mundial urbana, pela primeira vez na história humana, será maior que a população rural e que de cada 5 megacidades (com mais de 5.000.000 de habitantes), 4 estarão nos países subdesenvolvidos, atualmente chamados de “emergentes”. Essa será a mais fabulosa revolução social de todos os tempos que já está se manifestando em seus parâmetros definidores do novo perfil ético-técnico dos trabalhadores, já formados ou em vias de formação educacional (representada pelos diplomas de conclusão de curso técnico e/ou superior).

De todas as regiões do planeta e inseridos no contexto mundial deste “início” de século, países muito ricos e muito pobres vão sendo interligados por novas relações de negócios, atividades profissionais, interesses e amizades históricas. Dentre essas relações, e também envoltos pelas novas e informatizadas tendências tecnológicas, os sistemas de

educação promovem aquisição e troca de informações que carecem de um maior *conhecimento real* de mundo.

Todavia, tais mudanças não ocorrem somente nessas macroperspectivas de “aquisição e troca”, afetando, também, pequenas funções do trabalho informal. Por exemplo, na área da informática, em grande parte dos atuais microcomputadores, há aplicativos disponíveis ampliando um campo de trabalho que, há pouco tempo, era específico de profissionais mais especializados: editorações eletrônicas, cópias de documentos, fotografia digital, desenho técnico, apresentações, propagandas, ofertas de emprego, compras por meio da internet, criação de vídeos e áudios etc. Tal ampliação, além de provocar debates sobre direitos autorais, delegam novas responsabilidades e habilidades de criação, produção e visualização estética de produtos gráficos e imagéticos. Nesse sentido, ampliam-se as necessidades técnicas de novos conhecimentos sobre trabalhos estéticos e gráficos. (CARNEIRO, 2002)

A educação, considerada sob novos prismas de função e aplicação, deveria ser a grande ferramenta (pós)moderna para aumento do número de profissionais melhor habilitados ética e tecnicamente, ao tempo em que serviria de elemento social de diminuição de índices de violência e melhoria de condições de vida para todos. Não está sendo devido à opção dos grupos de estudo em discutir, preferencialmente, linhas crítico-teóricas, tendências de análise técnico-econômica e novas proposições de pesquisas e dados a ser demonstrados nos inúmeros congressos e reuniões de trabalho espalhados pelo mundo.⁴

Na verdade o que se vê no geral, sobre novos sistemas de educação aliados às atuais estruturas sociais e de trabalho, são discussões ineficazes e teóricas passando às margens das realidades objetivas de alguns países, sobretudo os assim chamados emergentes, como Brasil, México, Venezuela (e toda sua atual crise político-financeira), África do Sul, entre outros. Ao buscarem possibilidades para se garantir a construção de estradas, escolas, hospitais etc., elas terminam somente por considerar meios eficientes de se proteger ganhos financeiros. Esses ganhos aumentam a especulação do chamado “dinheiro podre, sem pátria”, de algumas *ilhas* de excelência sócio-tecnológica (cidades globais) *incrustadas* naqueles países⁵.

Às margens da onipresença informatizada desse novo totem ciberdivino – a *informação rápida* –, fatos como o de que a maioria das pessoas no século XXI – o do culto à *informação fulltime in realtime* – que vai nascer no próximo século nunca vão chegar a usar

⁴ São vários os professores universitários e tecnoburocratas que cruzam oceanos, viajando dezenas de milhares de quilômetros, para, em quinze minutos, “lerem” suas pesquisas particulares e programas de governo a platéias mais interessadas, basicamente, em ganhos financeiros dessas propostas e ideias apresentadas, sempre no curto prazo.

⁵ No Brasil, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, apesar de suas enormes mazelas; cidades como Campinas e São José dos Campos, ambas no estado de São Paulo, estariam em um “segundo nível”.

(muito menos possuir) um computador passam despercebidos pelos gráficos de análise populacional. Esses gráficos não levam em conta fatores educacionais para a (re)construção de um mundo mais tecnologicamente equilibrado no oferecimento, por exemplo, de chances de ocupação dos novos cargos e funções de trabalho.

Assim, muitas dessas pessoas, na verdade, terão sorte se aprenderem a rabiscar inteligivelmente seu nome e endereço. Muitas delas, ainda totalmente analfabetas ou analfabetas funcionais, terão de manter seus lares com subempregos (no Brasil, segundo dados de recente pesquisa do IBGE, por volta de 41 milhões de pessoas não possuem “endereço oficial”), sem nenhum tipo de proteção estatal ou preocupação social das hiperempresas transnacionais (mais ou menos 2.700). Estas, impõem seus produtos a uma outra massa enorme de pessoas *transformados* em consumidores ávidos por novidades e facilidades tecnológicas, muitas delas praticamente inúteis, dadas as ainda enormes dificuldades, quando não impossibilidades, de meras transmissões de dados básicos.

Essa discussão não se baseia em uma análise que se possa denominar pós-modernista, fundada em uma vanguarda qualquer a ser chamada, por força de atuação, de elitista. A questão é, sobretudo, de hierarquia de valores coletivos e não de mero elitismo, ao se destacar que “o termo elite se vê associado à *vanguarda*, estabelecendo uma crença na autoridade de uma minoria seleta; *hierarquia* passa a significar qualquer tipo de estrutura graduada, não necessariamente uma estrutura social” (EAGLETON, 1998, p. 93). Assim, nesse contexto pan-educacional, mesmo nas grandes empresas, o computador é, antes de ser ferramenta para organizar e manipular grandes quantidades de informações centralizadas, uma ferramenta individual, utilizada como auxílio na elaboração do próprio trabalho (GATES & RINEARSON, 1995). Não se deve estranhar, pois, estarmos vivendo a chamada era da informação, vista como fone principal de poder, “transformando-se, em pouco tempo, num dos alicerces básicos da sociedade industrial moderna, permeando o ambiente comercial, sustentando o sucesso das modernas instituições.” (BRANDÃO, 1997, *apud* CARNEIRO, op. cit.)

Com tais sentidos de revolução educacional, profissional e de canais articulados de conhecimento, entende-se que o poder de acesso à informática confere inusitadas formas de trabalho, obrigando as pessoas a buscarem novas posições de atuação. Assim, cada vez mais, valorizam-se setores em que as características humanas são imprescindíveis, aperfeiçoando os antes trabalhos rotineiros e manuais com doses maciças de automação e informatização. Sob tais exigências, forma-se um novo perfil de profissional para atuar em um mercado tão aprimorado intelectualmente quanto competitivo tecnicamente: pessoas criativas, habituadas a

novas tecnologias e que, sobretudo, trabalhem produtivamente em grupo (DIMENSTEIN, 1998; GATES & RINEARSON, op. cit.).

Não basta, então, obter um diploma qualquer. É fundamental perceber as oportunidades de mercado e estar preparado para elas, pois o nível escolar dos desempregados brasileiros, no geral ainda baixo, aumentou consideravelmente nos últimos 10 anos. Além do que, boa parte dos profissionais está procurando o setor de serviços, pois é nesse setor em que se adaptam melhor as atuais relações de trabalho, como a terceirização de funções e remuneração maior na medida em que se produz mais.

Entende-se, assim, que o conceito moderno de estágio passe longe da imagem do jovem estudante que só tirava cópias ou fazia todos os serviços de escritório da firma, além de ser *officeboy* em tempo integral. No mundo do trabalho contemporâneo cada vez mais as tarefas destinadas aos estagiários lhes exigem novos conhecimentos e valorizam seu potencial, sobretudo intelectual e boa parte desses estagiários se tornam empregados.⁶

Estudos de grupos envolvidos com os *novos usos* de uma tecnologia cada vez mais presente nos mais variados ambientes (educacionais e profissionais) avaliam que, e mesmo tão avançada em termos de elementos computacionais, ela ainda não pode ser amplamente utilizada pelas escolas – marcadas por estruturas de ensino ainda muito dependentes de um sistema de aprendizagem presencial e didático-seqüencial. Esta realidade, não facilita a popularização de seu uso (dos elementos da informática) pelos professores e mesmo contribui, em alguns casos, para o aumento de um certo tipo de “tecnofobia” (CARRERA, 1998). Note-se, que sob pontos de vista pragmáticos, a verdadeira revolução das redes (telemáticas) está por acontecer, já que os sistemas de utilização dessa “onda tecnológica” carecem, ainda, de uma pedagogia, uma didática e, sobretudo, de uma apropriação artística e emocional das redes para integrá-las na formação dos docentes e na aprendizagem dos alunos.

Com a mera preocupação ego-informatizada de um mundo sem mais fronteiras estabelecidas, é difícil constar das pautas de reuniões e encontros itens como estratégias eficazes para diminuir a “distância” da qualidade de ensino em escolas públicas e privadas, ou como desenvolver uma educação melhor integrada às “novas” profissões. Em hotéis requintados da Europa – berço clássico da civilização ocidental – ou de tropicais cidades paradisíacas, avalia-se, basicamente, o aleatório conceito de estruturas sociais pós-modernas.

⁶ Dados recentes do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), que intermedia relações entre o mercado de trabalho e instituições de ensino, dão conta de que cerca de 64% dos estudantes são efetivados pelas empresas ao fim do estágio.

Parece não sobrar espaço para avaliações de como seria possível minimizar o número de crianças, com menos de um ano que morrem de doenças várias, ou mesmo inanição, em países como a Etiópia, Somália, Índia, Nigéria (o Brasil, 14^a potência mundial, ainda “fica próximo” desses países em muitos índices de análise da qualidade de vida). Não se propõe efetivamente uma pauta de discussões sobre realidades nacionais e mundiais em que situações – ao nível de educação e trabalho ofertados – como a do triângulo da seca, no nordeste brasileiro, ou a dos um milhão e seiscentos mil desempregados da região da Grande São Paulo, poderiam ser equacionadas com vontade e ação política conjunta entre os vários órgãos e instituições sociais.

Um outro grande problema é que quase sempre tão plenamente hierárquico e asséptico, o tom geral das propostas generalizadas de empregos – via Ministério do Trabalho – não prima por avaliar prementes questões da violência institucionalizada adentrando sorrateiramente as escolas (o caso daquela supertragédia na escola de Denver, E.U.A., ainda em 2000, ou das tragédias semanais de esfaqueamentos, e mesmo mortes, nas escolas das periferias de nossas grandes cidades é emblemático). Propostas desarticuladas da realidade das regiões brasileiras discutem medidas paliativas para a amenização de um ciclo de violência que se instaura desde o convívio familiar. Sequer se avalia que crianças das mais variadas regiões do mundo (leve-se em conta o tamanho continental de um país como o Brasil, com tantas diferenças regionais) poderiam ter igual acesso, dentre outras possibilidades, a bibliotecas com bons e interessantes livros; acesso a revistas e jornais ou a computadores instalados nas escolas, conectados a internet, *conectando* o estudante às várias facetas e circunstâncias de uma vida de futuro profissional melhor capacitado.

Tal situação – devidamente reassumida e compreendida em suas variáveis – transformaria os alunos, sobretudo da periferia distante dos grandes centros, em internautas conectados aos quatro cantos “civilizados” do mundo ocidental e oriental⁷ – estudante que se vislumbra como profissional atuante e criativo⁸, inserido em uma rede informacional ativamente mutante. Mas para o sucesso de quaisquer dessas tentativas é necessário um amplo

⁷ Considere-se “evolução educacional” baseada no acesso às informações, atualizadas constantemente, sem limite de espaço e tempo; perguntas e respostas estabelecidas por meio do uso de correio eletrônico; a troca de informações com alunos e professores de outras escolas e universidades; a coleta de material de pesquisa para experimentos variados em laboratórios; a edição de figuras, desenhos, mapas, gráficos detalhados ou a execução de programas de maneira interativa etc.

⁸ Por exemplo, a exportação de software é uma das opções nacionais no setor de informática. Segundo a Softex, no ano passado, o Brasil exportou cerca de US\$ 250 milhões em software. A expectativa é de que neste ano o valor feche em US\$ 350 milhões. A título de comparação, Índia exporta US\$ 8,5 bilhões.

trabalho articulado entre organizações particulares e instituições públicas visando à transformação efetiva dos projetos de vida das crianças e dos jovens, via formação educacional, com vistas ao um processo profissionalizante atualizado – que se atualiza dia a dia.

Quanto à questão, e relação, de conceitos e modelos de atuação das organizações e instituições, considera-se que aquelas se estruturam por meio de práticas sócio-econômicas fundadas na instrumentalidade de seus objetivos (planejamento, gestão, previsão de investimentos, controle, êxito etc.). As *organizações particulares*, assim, e sempre com o honorável intuito de auxiliar, preocupam-se mais em absorver a, via de regra, pouca capacidade de locação e uso de recursos das *instituições sociais*. Estas, por aspirar à visão do local interagindo com o social (pelas ações articuladas às idéias de causa e conseqüência de fatores internos e externos das pessoas em suas experiências mundo-vida), têm um componente necessariamente universalista. (CHAUI, 1994)

Em caminho oposto, as organizações se estruturam pela busca da otimização fundada na especificidade de projetos de aplicação rápida e resultados objetivamente aferíveis. Desse modo, às *organizações* interessariam eventos como as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro; ou os três trilhões de dólares circulando pela ciranda financeira das Bolsas de Valores das chamadas “cidades globais”; ou ajudas programadas em “custos vs. benefícios” a países pobres, ajudas que, dado tal processo instaurado, acabam por privilegiar mais, ou primeiramente, as pessoas ricas que neles moram.

Para que propostas inovadoras (públicas e privadas) articuladas à participação popular (grupos sociais) tenham uma mínima possibilidade de sucesso, é fundamental a implantação de novos sistemas integrados (políticos, artísticos, educacionais, profissionais etc.) gerando uma estrutura social racional. Nesse sentido, devem ser consideradas teses como a do “capital social” (*Folha de São Paulo*, 2009) representado pela medida das relações que os indivíduos têm, as quais permitem, ou não, que eles se integrem a um dado contexto sócio-econômico. Tal integração faz com se perceba, evitando tanto quanto possível, a manifestação da marginalidade em seus mais variados níveis. Esse “capital social” é medido pela força – melhor dizendo, pela atuação prática e eficaz – da presença da religião, da família, da escola, dos centros de saúde, dos órgãos policiais, dos espaços e centros de lazer.

Todavia, a continuar assim, com essa estrutura sócio-cultural como base histórica também dos próximos anos, novamente tende a acontecer a *revalidação* da raça mais desenvolvida, dos mais abastados, dos mais protegidos economicamente, dos que estudaram em boas escolas e que acabam ocupando – o que se comprova por recentes pesquisas do

INEP – os “melhores” postos de trabalho. Dessa situação reinstaurada, o risco maior que os “marginalizados” correm é o da presença indelével da vida nacional discricionária que se abate sobre eles com sua marca maior de injustiça e pressa material-tecnológica: a re-apresentação de um futuro decomposto, como houvera sido mesmo em passado recente, em sonhos impossíveis de ser realizados; em sonhos inalcançáveis, dada a realidade que se vive.

Tal desconstrução de um teórico projeto nacional se repete, reafirmando-se, em “acontecimentos históricos” desde a venda das indulgências na Idade Média; com os bolcheviques e sua feroz revolução proletária; foi assim com o neurótico senso de purificação racial do nazismo, centrado na idéia de uma nação de ascendência biológica e étnico-cultural. Foi assim com os “sérvios purificados” dos Bálcãs, impondo sua noção pós-moderna de genocídio aos albaneses apátridas; com os fundamentalistas do chamado Estado Islâmico; com a corrupção que grassa, à solta, nas grandes (e pequenas) empresas estatais; com a desopção por um corajoso, e de longa aplicação, processo educacional que, desarticulado em seus objetivos e ineficiente em suas metodologias, contribui para gerar ainda milhões de brasileiros – boa parte muito jovem – que estão des-informados, des-escolarizados e des-empregados.

Em nível universitário, e a perdurar a opção generalista por uma análise de academicismos no mais inócuos, será bem difícil – ainda que em um campo fora do imagético da poesia – “converter o enigma em encantamento”⁹. Nesse viés de desencantamento, lembre-se do Programa 1º. Emprego, que empregou somente 700 jovens; do programa Bolsa-escola Federal distribuindo de R\$ 15,00 por criança na escola, que não tem sua frequência acompanhada; lembre-se também do salário mínimo de R\$ 765,00 reais, um dos mais baixos da América do Sul, ou da essencial função profissionalizante das escolas técnicas, tão relegada a planos de menor importância, ainda mais agora, com o adiamento do início das aulas dos cursos do PRONATEC, basicamente por problemas de “caixa” do governo federal – cujo lema atual é “Brasil: pátria educadora”. De nível médio, os cursos dessas escolas sustentam a honrosa fama de possibilitar admissão no mercado de trabalho exatamente por serem voltados para a prática.

Outra opção mais direcionada para o dia a dia das profissões, os cursos tecnológicos garantem diploma de ensino superior em cerca de dois anos e meio. Todavia, e ao destacar a generalizada confusão no objetivo de estudar visando a uma profissão referente, notem-se,

⁹ Expressão com que Northrop Frye (1978) caracterizou um “tipo de dialética simbólica” necessária à composição dos poemas para que poetas e leitores pudessem “ver melhor” o mundo da mensagem poética e nele seus próprios sentimentos.

dois fatos: 1. recente pesquisa da FGV avalia que, mesmo valorizados em determinadas áreas, os formados em tais cursos dificilmente obtêm algum cargo de gerência ou outro mais elevado; 2. na academia, segundo Antônio Machado (*Correio brasileiro*, 2014), tende-se a desprezar o que não tiver econometria pesada ou fundamentação em Keynes, Smith ou Marx, dependendo da orientação política. Resulta disso que cursos de economia raramente se articulam com os de administração, esses com engenharia e todos com a criação de softwares. Avalia o autor que “no governo, a situação é pior, com sociólogo no lugar de especialista em logística como executivo de programa social e professor de teoria econômica como diretor de empresa estatal.”

Como vertente de renovação dessa situação, é fundamental para a mudança dos paradigmas de ação nacional, integrando educação-trabalho, que a *autoconfiança* e a *crença* no outro sejam restabelecidas como parâmetros que permitam a inserção da pessoa no processo de globalização. Esse processo, novamente e com ares de pós-modernidade, é anunciado como a grande via para a *aldeia global* – nome com que o pré-vanguardista Marshall McLuhan, algumas dezenas de anos antes, caracterizava o mundo que então se interligava pelos meios de informação (os *massmedia*). Assim, a preservação dessa autoconfiança vem em auxílio a uma outra – renegada em nome de uma sociedade submetida ao lucro fácil e ao exagerado conforto tecnológico: a de que a fraternidade humana deve ser considerada como o máximo objetivo a ser alcançado, e sempre aprimorado.

Essa deve ser a função primeira das pesquisas, teses, experimentos desenvolvidos nas universidades públicas ou não e em quaisquer entidades ou empresas empenhadas em estudar questões voltadas à melhoria da vida humana em comunidades urbanas ou rurais, melhorias necessariamente ligadas às questões envolvendo o processo educação-trabalho. Aliás, é importante a ampliação desse conceito de *comunidade* levando-se em conta todas as chamadas *novas comunidades* – envoltas por suas características peculiares – como a dos indígenas, homossexuais, negros, dos com necessidades especiais, dos estudantes de escola pública etc.

A atuação dos intelectuais com sua capacidade de análise (e, supõe-se, visão e intenção democráticas) – nesse novo ciber mundo *hightech*, tecnologicamente marcado pela velocidade da informática e com *ecoposturas* contrárias à degradação do meio ambiente – nunca foi tão necessária, apesar de, em muitos casos, ser passível de críticas (BRZEZINSKI, 2002). Alguns deles, assepticamente acomodados em seus belos gabinetes e distantes da realidade social do país (e sua região, sua cidade, seu bairro, sua rua) tendem, por falta de ousadia pragmática e confusão entre os limites da arte e da política (e aqui se instaura a

dialética real vs. poético), a compartilhar erroneamente os conceitos de Max Weber, com seu “desencantamento do mundo” e de Nietzsche, com sua “morte de deus”.

Outros, seguindo a linha darwiniana-positivista, marcada por um materialismo histórico de base marxista, assumem como realmente ultrapassado qualquer análise que tenda a um pretensão idealismo platônico, ainda pensando nas possibilidades idílicas da política social-democrata de dezenas de anos atrás. Esse, aliás, é o sentido mais importante e radical da descoberta de Weber a respeito da origem do capitalismo (e da racionalização social moderna) na ética calvinista, e ainda mais no monoteísmo judaico-cristão. Sob tal descoberta,

[...] o ocidente, pode-se dizer, declina, porque declinar constitui a sua vocação histórica. Em outras palavras, a história, no único modo que o ocidente consegue concebê-la e vivê-la, é a história da secularização. Assim, um dos pais do historicismo moderno, Giambattista Vico, vê o sentido da evolução da civilização humana como uma passagem da era dos deuses à era dos heróis e, enfim, à era dos homens. (VATTIMO, 2000, p. 63).

Deve-se levar em conta a superficialidade de uma situação marcada, por algum tempo, pela aparente marca de sucesso dos “tigres asiáticos” e alguns outros discípulos neoliberais do capitalismo que representam os chamados “mercados emergentes”, do qual o Brasil, de maneira especial, faz parte. Todavia, só uma análise ingênua não perceberá que tal globalização (entenda-se *uniformização*) de mercados distintos não compõe, de fato, nenhum tipo de solução. Antes, amplia os tipos de problemas gerados por essa situação, pretensamente democrático-globalizante, mas, no fundo, marcada por interesses e *jogos* geopolíticos de poder.

Negando seu sentido de reafirmar um “duplo imperativo antropológico” (MORIN, 2003), a educação se adapta a esses jogos de poder, na medida em que tudo que vem dos países mais ricos e desenvolvidos – valores, conceitos, linhas de pesquisa, teorias – acaba sendo considerado como ideal e aplicável a qualquer contexto sócio-cultural. Não há uma real e pragmática preocupação em se criar, nessa visão e análise de mundo, meios educacionais (sistemas úteis e eficazes de ensino-aprendizagem) que possam realmente buscar soluções regionais, quando muito nacionais, para um dado contexto de um país, rico ou pobre, e toda sua extensa composição de peculiaridades. Nesse caminho, atividades profissionais se fixam na ascendência da hipervalorização de áreas profissionais que despontam como “as da moda”: economia, alta-costura, informática, jornalismo, *showbiss*, direito.

O que deve resultar de tais articulações político-artístico-educacional-financeiras com vistas a entreter e/ou informar as pessoas é uma nova relação nacional-mundial (entenda-se interpessoal) em que grupos sociais mais instruídos dividam um dado conhecimento adquirido

com os que não o possuem. Assim, com o intuito de gerar uma sociedade mais justa, a norma que deve ser seguida é a da troca de experiências – produtivas em suas propostas e eficientes em suas aplicações – nos mais variados campos – note-se o aspecto altamente positivo, por exemplo, das conquistas na área da saúde ou meteorologia com a utilização da informática. Para que as pessoas, sobretudo as crianças dos países menos desenvolvidos, possam se integrar de maneira mais produtiva a tal nova sociedade globalizada, é fundamental que essa norma seja assumida como objetivo mesmo de existência pacífica e humanitária.

Não há que se adotar qualquer tipo de senso místico do pós-modernismo¹⁰ em um esforço eficaz no cultivo da ignorância da história e da cultura modernas como se isso representasse a nova linha de uma análise educacional centrada sempre na *busca aleatória do novo*. Aliás, é por essa versão mística do pós-modernismo como panacéia de todas as dúvidas, entre elas as educacionais e profissionais, que o poder público, por intermédio de seus policiais, “resolveu” o problema da violência entre os estudantes, nas escolas: colocou detetores de metais nas entradas. De novo, o que se vê, é a busca da solução imediatista e publicitária, do pretense ataque às causas, ainda atacando, de maneira inócua e mesmo tola, as conseqüências. Ainda o que há é a clássica manutenção oficial-pedagógica do velho sistema educacional marcado por posturas de professores e dirigentes que procuram, sem saber direito por onde, como e por que, saídas honrosas no meio de tanta *escuridão conceitual* aplicada a projetos, no mais, repetitivamente ineficazes. Nesse sentido, ao se considerar a posição crítica de um “homem da educação”, note-se que

[...] talvez um professor seja um funcionário das instituições que gerenciam lagoas e charcos, especialista em reprodução, peça num aparelho ideológico do estado. Um educador, ao contrário, é um fundador de mundos, mediador de esperanças, pastor de projetos. (ALVES, 1993, p. 29).

É um novo caminho, difícil de ser trilhado, ainda mais quando se percebe a cultura, transformada em mero objeto de entretenimento (pós)moderno sendo relegada a um plano de menor importância. Nesse plano, um tipo qualquer de *show* com apelos eróticos se firma como a mais nova arma de comunicação e enriquecimento dos “artistas” que possuem muito mais bem torneados corpos do que ideias trabalhadas sobre formas inovadoras. Tal caminho estabelece, sobretudo, objetivos a serem alcançados por todos os países seriamente envolvidos em projetos revolucionários – no sentido de *causar uma mudança notável*, de *transformar* – fundados na ajuda mútua e troca de experiências. Essa troca visaria à melhoria efetiva dos

¹⁰ Para maior aprofundamento da questão da presença do pós-modernismo como acontecimento sócio-histórico e artístico, avaliar considerações de Marshall Berman (1997) e de Linda Hutcheon (1991).

grupos que mais sofrem necessidades pela falta de moradia, de saúde, de emprego e, sobretudo, de educação.

Nesse desvio de objetivos público-empresariais, enquanto a cultura geral comporta a possibilidade de buscar a contextualização de toda informação ou ideia, a cultura científica e técnica, por sua característica disciplinar e especializada, separa e compartimenta os saberes, tornando cada vez mais difícil a colocação/aplicação desses num contexto qualquer. Além disso, até meados do século XX, a maioria das ciências tinha por método de conhecimento a redução (do conhecimento de um todo ou conhecimento das partes que o compõem), por conceito fundamental o determinismo, isto é, a ocultação do acaso, do novo, da invenção, e a aplicação da lógica mecânica da máquina artificial aos problemas vivos, humanos e sociais. Nesse sistema, a economia, a ciência social matematicamente mais avançada, é também a ciência social e humanamente mais fechada, pois se abstrai de condições sócio-históricas, políticas, psicológicas, ecológicas etc., inseparáveis de atividades econômicas. Por isso seus *experts* são cada vez mais incapazes de prever e de predizer o desenvolvimento econômico, mesmo no curto prazo. (MORIN, op. cit.).

Partindo dos fundamentos de grupos sociais específicos (das escolas, das igrejas, dos clubes de amigos, das favelas, dos condomínios, bairros, cidades) essa análise propõe a macrovisão de uma dada realidade, dita globalizada, interligada e produzindo as outras – regional, nacional e mesmo mundial. Como objeto factível se esboça, assim, o grande projeto social que realmente importa: manter viva a esperança de que considerável parte das crianças tenham chances *mais iguais* de disputar as vagas de trabalho preferenciais, surgidas nessa nova sociedade pós-moderna e cibercrática. Esse projeto, fundado em bases reais, só é possível com educação ampla e de qualidade – então efetivamente democrática – a todas as pessoas que dela precisarem.

Pensar na *novidade*¹¹ de um egocentrismo pós-moderno (da pessoa, dos grupos, dos países) como marca desse tempo *do-aqui e do-agora* é pensar na realidade que nos toca e nos impede mesmo de ver o sofrimento alheio – representado implicitamente sob formas de escolas de ainda baixíssima categoria e subempregos temporários. Tais *processos transformadores*, enfim, parecem ser engolidos por essa enorme boca egótica e insaciável: a educação, no geral encastelada em nichos particulares, especializados em criar os mandatários do poder; a arte, transformada em objeto comum da indústria de entretenimento, propondo

¹¹ Para melhor se avaliar a concepção desse sentido de *novidade* aqui proposto, sobretudo a educacional, verificar, entre outros, análises e propostas de Ângela Kleiman (1997), Sírio Possenti (1996), Marisa Lajolo (2004). Pela internet, o acesso ao Projeto Aprendiz (www.aprendiz.com.br) também proverá muitas informações sobre tal *novidade*.

uma fugaz e frágil vida mais romântica; a cultura, alçada ao nível de repositório de projetos de culturas perdidas; o trabalho, contado por horas desmotivadoras e extenuantes de atividades rotineiras.

Na pós-modernidade – contemporânea-e-vanguarda da modernidade – a ética social assume formas de desintegração e aniquilamento das estéticas da educação, da arte, da religião, do trabalho em busca do novo desvinculado de um passado de injustiças e fascínios pelo lucro fácil e o poder sobre as pessoas. Há, assim, uma cisão pós-moderna, de inefável tendência neoliberal, que enfraquece qualquer tipo de convívio interpessoal que proponha relações fundadas na *fraternidade produtiva* entre pessoas que poderiam, de fato, ajudarem-se mutuamente. Essa ajuda resultaria de trocas de informações e experiências que, bem articuladas e distribuídas, gerariam uma sociedade que, nos mais variados níveis, seria formada por pessoas – profissionais – com base educacional mais sólida e com espírito mais solidário.

Portanto, ou de novo, o papel das escolas, dos professores, de profissionais vários, nunca tanto como agora – e neste século líquido marcado por uma ditatorial liberdade multifacetada –, continua sendo fundamental para que essa realidade, que está nas mãos e projetos e ideias de pessoas inteligentes e criativas, aconteça. Não se pode mais pensar em uma educação típica, dessas em que o ensino é ofertado, aos borbotões de informações desnecessárias, a alunos desinteressados e alheios da nova realidade profissional que os espera, ou que já está “acontecendo” mesmo sem a presença deles – absorvidos pelas telas de seus indissociáveis celulares, laptops e afins...

Não se pode mais pensar em um convívio produtivo e fraterno (nas escolas, nos locais de trabalho, nas ruas) sem que as normas desse novo relacionamento pós-moderno questionem, com decisão, a educação cibercrática ainda centrada em um tele-aprendizado fugaz e no louvor *ad eternum* aos detentores do poder televisivo, religioso etc. Então, de dentro desse cibernético balaio multicolorido, o fato no exemplo final: o aluno, um futuro profissional, participa de um debate, em sala de aula, sobre poemas drummondianos de paixão e prazer pela humanidade. Vai para o intervalo e, na cantina, esfaqueia o outro por causa da namoradina ou de rixa por drogas. Esse é um, dentre tantos, típico aluno (pré-profissional) *des-educado* por uma escola falida em sua metodologia, marginalizada pelo descaso, preguiça, medo, raiva e totalmente desconectada da diária, e árdua, função educacional de gerar conhecimento participativo e experiências produtivas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 27. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. 14. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

BRZEZINSK, Iria (org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília, DF: Plano, 2002.

CARNEIRO, Raquel. *Informática na educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARRERA, Dolores (Coordinadora del Taller de Educación). *Telemática y educación – conclusiones del taller de educación – Maig’98*, 1er. Congreso sobre Publicación Electrónica (http://www.ucm.es/info/especulo/numero_8/dcarrera.html).

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, 1994.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O aprendiz do futuro – cidadania hoje e amanhã*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
Folha de São Paulo - caderno especial, “Ano 2000 cidades”, edição de 2 de maio de 1999.

FRYE, Northrop. *Spiritus mundi. Essays on literature, myth and society*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.

GATES, Bill; RINEARSON, Peter. *A estrada do futuro*. Trad. Beth Vieira. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUTCHEON, Linda Hutcheon. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura – teoria e prática*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes; EdUNICAMP, 1997.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.

MACHADO, Antônio. *Correio brasileiro*, edição de 5 de dezembro de 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. de Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da (orgs.). *Para navegar no século XXI*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina; EdPUCRS, 2000.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de letras, 1996.

VATTIMO, Gianni. A filosofia e o declínio do ocidente. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da (orgs.). *Para navegar no século XXI*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; EdPUCRS, 2000.